do presidente do respectivo júri e depois de numerados será cada um metido em seu sobrescrito devidamente lacrado.

§ único. O conteúdo de cada ponto é secreto até ao momento de sair em sorte para a realização da prova.

Art. 8.º As provas escritas podem ser colectivas, sendo o ponto tirado à sorte pelo candidato, havendo só um, e pelo mais antigo, havendo mais de um. Neste último caso o presidente do júri ditá-lo-á aos candidatos.

§ único. Os pontos não utilizados serão devolvidos intactos ao Estado Maior Naval.

Artigo 12.º Logo que os candidatos entreguem as suas provas escritas, todos os membros do júri devem rubricá-las na primeira fôlha e o presidente nesta e em todas as outras.

Art. 2.º São eliminados os artigos 19.º, 20.º e 21.º e as alíneas a) e b) do artigo 4.º do regulamento de provas, passando a a) e b) as alíneas c) e d) dêste mesmo artigo.

Art. 3.º As alterações que porventura tenha ainda de sofrer o regulamento de provas, bem como a sua substituição, serão feitas mediante portaria.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Setembro de 1943. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Manuel Ortins de Bettencourt.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 33:055

Com fundamento no disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 1.200\$, destinado a «Despesas de conservação e aproveitamento do material», devendo a mesma importância ser adicionada à verba inscrita no n.º 2) do artigo 746.º do capítulo 5.º do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º É anulada a importância de 1.200\$ no capítulo 8.º, artigo 890.º «Despesas de anos económicos findos», do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o referido ano económico.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Setembro de 1943. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

Decreto n.º 33:056

Tendo em vista as disposições do decreto-lei n.º 33:019, de 1 de Setembro de 1943;

Com fundamento na alínea a) do artigo 35.º do decreto-lei n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 112.379\$, destinado a reforçar o orçamento do segundo dos mencionados Ministérios, do seguinte modo:

CAPÍTULO 6.º

Direcção Geral do Ensino Primário

Escolas do magistério primário

A adicionar:

Despesas com o pessoal:

Artigo 861.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei:

Para Évora:

Pessoal docente

Do quadro

1 director	1.400\$00	
2 professores	15.750\$00	
1 professor	3.850\$00	
1 professora de educação feminina	3.150\$00	
1 secretário da escola de aplicação	350\$00	
	<u>24.500\$00</u>	

Contratado

Para satisfação dos encargos com êste pessoal	3.052\$00	27.552\$00
---	-----------	------------

Pessoal administrativo e menor

1 terceiro oficial	3.150\$00	
1 contínuo de 1.ª classe	1.925\$00	
3 contínuos de 2.ª classe	5.250\$00	
3 auxiliares de limpeza	2.625\$00	
Gratificação pela chefia do pessoal menor	175\$00	13.125\$00
	<u>13.125\$00</u>	40.677\$00

Para Viseu:

Pessoal docente

Do quadro

1 director	1.400\$00
2 professores	15.750\$00
1 professor	3.850\$00
1 professora de educação feminina	3.150\$00
1 secretário da escola de aplicação	350\$00
	<u>24.500\$00</u>

Contratado

Para satisfação dos encargos com êste pessoal	3.052\$00	27.552\$00
---	-----------	------------

Pessoal administrativo e menor

1 terceiro oficial	3.150\$00	
1 contínuo de 1.ª classe	1.925\$00	
3 contínuos de 2.ª classe	5.250\$00	
3 auxiliares de limpeza	2.625\$00	
Gratificação pela chefia do pessoal menor	175\$00	13.125\$00
	<u>13.125\$00</u>	40.677\$00